

Campo de Saberes da História da Educação no Brasil

Atena Editora



Atena Editora

**CAMPO DE SABERES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C198	Campo de saberes da história da educação no Brasil / Editora chefe Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017. 202 p. : 625 kbytes Formato: PDF ISBN 978-85-93243-42-4 DOI 10.22533/at.ed.424171010 Inclui bibliografia 1. Educação – Brasil – História. I. Título.
	CDD-370.981

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

Capítulo I

A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR VIÃO FRAGO

Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti.....05

Capítulo II

A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: 1928 A 1938

Gabriela Marques de Sousa e Juliano Guerra Rocha.....13

Capítulo III

AÇÕES EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO “ESPORTE PARA TODOS” NO BRASIL (1973-1990)

Sérgio Teixeira.....26

Capítulo IV

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO ESCOLAR DA DISCIPLINA DE ARTES VISUAIS

Jéssica Maria Freisleben e Milena Regina Duarte Corrêa.....36

Capítulo V

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: ENTRE O IDEÁRIO E O REAL

Júlio Resende Costa.....46

Capítulo VI

EDUCAÇÃO E ICONOGRAFIA: O USO DA IMAGEM COMO FONTE HISTÓRICA E METODOLÓGICA

Graciene Reis de Sousa, Antonio Guanacuy Almeida Moura, Jocyleia Santana dos Santos e Braz Batista Vas.....57

Capítulo VII

ENSINO PROFISSIONAL FEMININO: POBREZA E MARGINALIDADE NA NOVA CAPITAL MINEIRA (1909 a 1927)

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, José Carlos Souza Araujo e Elizabeth Farias da Silva.....67

Capítulo VIII

ENSINO PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL: DEBATES E TENSÕES (1932-1961)

Bruno Borges.....88

Capítulo IX

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E SENSIBILIDADES DOCENTES, SUAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Regina Celi Frechiani Bitte.....99

Capítulo X

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO E DA PROFISSÃO DOCENTE: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE
TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

Vilmar José Borges.....110

Capítulo XI

INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: POSSIBILIDADES PARA
PENSAR A OBRIGATORIEDADE ESCOLAR EM MARIANA

Priscilla Samantha Barbosa Verona.....122

Capítulo XII

O IMPÉRIO, A REPÚBLICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A BUSCA DA
MODERNIDADE POR MEIO DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE UBERABA (1881-
1905)

Mariana Silva Santos.....133

Capítulo XIII

O PONTO DE VISTA DO INTERVENTOR JÚLIO STRUBING MÜLLER SOBRE O ENSINO
EM MATO GROSSO

Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro.....146

Capítulo XIV

O PROCESSO HISTÓRICO-POLÍTICO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
BRASILEIRA

Rachel Benta Messias Bastos.....158

Capítulo XV

OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Sarah Maria Freitas Machado Silva e José Luis Sanfelice.....174

Capítulo XVI

UM BREVE DEBATE EPISTEMOLÓGICO SOBRE HISTÓRIA GERAL E HISTÓRIA LOCAL:
QUAL CAMINHO ESCOLHER?

Willian Douglas Guilherme e Magalis Besser Dorneles Schneider.....187

Sobre os Autores.....197

interrelationship between doing, reading and contextualizing art.

KEYWORDS: Discipline of visual arts; school curriculum; teacher training.

CAPÍTULO XIV

O PROCESSO HISTÓRICO-POLÍTICO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Rachel Benta Messias Bastos

O PROCESSO HISTÓRICO-POLÍTICO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Rachel Benta Messias Bastos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Goiânia Oeste, Goiânia-GO.

RESUMO: Este texto é um estudo sobre o processo histórico-político de democratização da educação pública brasileira. Trata-se de uma investigação, cuja finalidade foi compreender como o princípio democrático constituiu-se, contraditoriamente como um propósito real e um propósito proclamado na consolidação e efetivação da República especificamente da educação pública brasileira. A instituição da República Federativa como regime político possibilitou o processo de construção de um projeto educacional brasileiro. O que significou uma organização político-administrativa do Estado conforme as demandas do novo regime democrático, haja vista o “colapso do regime monárquico”. Ocorreram rupturas, mas permaneceram as continuidades com a prevalência de uma economia primário-exportadora e de um patrimonialismo sob os aspectos públicos e privados (IANNI, 1996). Em relação ao cenário educacional herdado do Império este foi posto em questão no decorrer da Primeira República, especialmente na década de 1920 com os questionamentos e debates sobre a educação de caráter elitista e dualista. Todavia, o ápice da mudança da conjuntura brasileira refere-se ao momento do Movimento Revolucionário de 1930. A Revolução de 1930 significou a expansão e consolidação do ensino público brasileiro que representou a luta pelos processos de democratização do acesso, oferta, procura e demanda pela educação pública para todos. Uma luta contraditória ora de defesa, ora de ocultamento do princípio democrático como aspecto determinante da universalização do acesso a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; História da Educação pública brasileira.

A instituição da República Federativa como regime político possibilitou o processo de construção de um projeto educacional brasileiro. O que significou uma organização político-administrativa do Estado conforme as demandas do novo regime democrático, haja vista o “colapso do regime monárquico”. Ocorreram rupturas, mas permaneceram as continuidades com a prevalência de uma economia primária exportadora e de um patrimonialismo que atingiu tanto os aspectos públicos e quantos os privados (IANNI, 1996). Uma transição que,

Em 1888-89 o Brasil tentou entrar no ritmo da história. Aboliu a Escravatura e a Monarquia, proclamando a República e o trabalho livre. Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio. Favoreceu a imigração de braços para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesãos para a indústria. Ao mesmo tempo, jogava na europeização, ou no branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos

de escravismo. Recebeu, inclusive, o que não imaginava, em termos de ideias sociais, propostas sindicalistas, anarquistas, socialistas e outras. Houve uma ampla fermentação de ideias e movimentos sociais, principalmente nos centros urbanos maiores e nas zonas agrícolas mais amplamente articuladas com os mercados externos (p.21).

Em termos educacionais, com essa transição de regimes, o ensino secundário e o superior estavam destinados a formação da elite enquanto o ensino primário e o ensino profissionalizante destinavam-se a educação popular. O ensino secundário tinha como característica a oferta regular e oferta de cursos avulsos. O aluno cursava o ensino secundário sem terminar o primário e o superior sem cursar o secundário. A nação não possuía a época um sistema integrado de ensino e também não possuía universidades, somente algumas escolas isoladas com a oferta dos cursos Medicina, Direito e Engenharia. A esse respeito, Romanelli (1997) explica que embora a origem do ensino superior foi durante a permanência da família real no Brasil, a organização desse ensino em Universidade só foi efetivado em 1920 por determinação do Governo Federal.

Todo esse cenário educacional herdado do Império foi posto em questão no decorrer da Primeira República, especificamente na década de 1920 com os debates em vários setores sociais. E, também no desenrolar dos anos posteriores com os questionamentos da educação de caráter elitista, das promessas republicanas de uma sociedade civil democrática, do desenvolvimento do progresso econômico, político e da independência cultural. O que contribuiu também para o descontentamento foi um conjunto de fatores: à centralização do poder representado pelo coronelismo, pelo impedimento de participação política, do exercício da democracia, do voto, somente após os 21 (vinte e um) anos, da submissão a mercados internacionais e outros aspectos que contribuíram com a crise e eclosão revolucionária de 1930. Segundo Cury (1984) até essa década a educação ainda estava voltada para os interesses oligárquicos e, portanto, grande parcela da população era marginalizada do processo educativo.

O ápice da total mudança da conjuntura brasileira refere-se ao momento do Movimento Revolucionário, que tem como emblema, 1930. “Na verdade, o que se convencionou chamar Revolução de 1930 foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem oligárquica” (ROMANELLI, 1997, p.47). Esse movimento caracterizou-se por um lado como uma desestabilização da estrutura do Estado oligárquico e por outro pelas conquistas democráticas como: jornada de oito horas de trabalho, permissão do voto para os maiores de dezoito anos, salário mínimo e outros.

Em relação à educação instaurou-se um tipo de instrução que atendia aos interesses vigentes da época. Instituiu-se uma política nacional de educação fundamentada em princípios democráticos da gratuidade e obrigatoriedade do ensino de 1º grau, direito à educação, liberdade de ensino, ensino religioso interconfessional, estabelecidos paulatinamente pelas constituições de 1824,

1891 e 1934. Tais princípios foram discutidos pelos movimentos de reformas educacionais, principalmente a partir de 1920. Segundo Ianni (1996)

Desde antes de 30 já era intenso e fecundo o debate sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira. Recolocaram – de forma particularmente os dilemas da questão nacional. As perspectivas e os impasses que se haviam aberto com a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a imigração européia, as crises periódicas da economia primária exportadora, os obstáculos internos e externos à industrialização colocavam-se de forma premente. Tanto assim que se multiplicaram os debates, as interpretações e as diretrizes para a resolução, ou manejo, dos problemas nacionais (p.31-32).

O autor Ianni (1996) afirma ainda que, os “ensaios” para o desenvolvimento do Brasil Moderno esbarravam nas heranças de outros regimes como autoritarismo, escravismo, coronelismo e clientelismo. O povo continuara a ser ficção política. Dessa forma, na Primeira República a educação estava limitada de um lado o sistema federal responsável pelo superior e o secundário por outro pelo a rede estadual com o ensino primário e profissionalizante. A República velha compreendeu um período de reformas federais do ensino secundário realizadas pelo Poder Executivo, destinadas a manter esse nível como preparatório para o ensino superior. Distintamente, a década de 1920 caracterizou-se pela escolarização fundamentada no ideário da Escola Nova. E pelas reformas estaduais do ensino primário e técnico-profissionalizante. A esse respeito Nagle (1974) afirma que

O entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década dos anos 20, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos políticos-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que na década dos 20 está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico (p.101).

Movimentos que segundo Nagle (1974) significaram a preocupação em pensar e modificar os modelos de ensino e cultura das instituições escolares. Pois, o desenvolvimento econômico, político baseado na ideologia do nacional desenvolvimentismo estava relacionado à erradicação do analfabetismo como forma de efetivação da democracia. “A alfabetização é tida como o ‘primeiro passo’ necessário da educação primária, e se considera mais democrático ensinar a ler, escrever e contar à maioria das crianças, do que fornecer uma educação mais ampla, porém, para uma maioria, apenas” (p.113).

O período, mais conturbado pelo desenvolvimento urbano-industrial, cria um clima de ansiedade pelo bem-estar social e prosperidade nacional. E só uma educação ‘prática’ (evidentemente ‘própria’ da força de trabalho)

voltada para tais objetivos seria capaz de superar o 'atraso e ignorância'. Ao 'entusiasmo pela educação' se sucede agora um 'otimismo pedagógico'. Tal otimismo se expressa na proposta de reforma das escolas existentes. A disseminação escolar não basta e nem é adequada sem a implantação dos princípios escolanovistas. A escola seria mais eficiente, seu espírito científico qualificaria o ensino, a psicologização do processo educacional capacitaria o aluno segundo suas virtualidades, a administração escolar racionalizaria o processo educacional. Enfim, começa a se fazer presente no Brasil a ideia da Reconstrução educacional. A reforma da escola e não só a sua ampliação seria o móvel dos futuros homens 'construtores' da grandeza do país. A reforma da escola implicava na superação do ensino academicista, formalista e intelectualista. Tal ensino era de pouca valia para um país que exigia do homem (leia-se classe trabalhadora) ser a força propulsora e produtora da riqueza nacional. Na impossibilidade de que 'as elites' aceitassem para si um tal modelo de escola, essa não poderia ser única. Formar-se-iam 'duas redes de ensino': aquela que atenderia a formação das 'elites' e a que atenderia a formação da força de trabalho (p.19).

Para Romanelli (1997) a Revolução de 1930 significou a expansão do ensino, constitui-se como um período de origem das universidades brasileira. Criou-se também do Ministério da Educação sob a responsabilidade de Francisco Campos e, em 1932 foi publicado o documento político denominado "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", como um ideário novo de ação educativa. Neste sentido, o governo, em 1931, na IV Conferência Nacional de Educação solicitou aos educadores a participação na criação de uma política da nossa nação para a renovação da educação. O Manifesto caracterizou-se como um movimento renovador representado, que tinha como órgão representativo e divulgador a Associação Brasileira de Educação (ABE).

A Revolução de 1930 significou a expansão do ensino, apesar de deficiente, em função do aumento da demanda de educação. Uma expansão que segundo Romanelli (1997) aconteceu de forma atropelada, sem preparação, apenas para atender as demandas e pressões do momento. O que representou uma contradição, ou seja, de um lado aumentou a procura pela escola e de outro não ocorreu mudança substancial na perspectiva qualitativa e quantitativa. Portanto,

A Revolução de 30, resultado de uma crise que vinha de longe destruindo o monopólio do poder pelas velhas oligarquias, favorecendo a criação de algumas condições básicas para a implantação definitiva do capitalismo industrial no Brasil, acabou portanto, criando também condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização. É então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. Mas, assim como a expansão capitalista não se fez por todo território nacional e de forma mais ou menos homogênea, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram as relações de produção capitalista, o que acabou criando uma das contradições mais sérias do sistema educacional brasileiro. Sim, porque,

se, de um lado, iniciamos nossa revolução industrial e educacional com um atraso de mais de 100 anos, em relação aos países mais desenvolvidos, de outro essa revolução tem atingido de forma desigual o próprio território nacional (p. 60-61).

Para Cury (1984) a Revolução de 1930 significou a fase de desenvolvimento máximo dos processos da década de 1920. Os pioneiros disseminaram um liberalismo pautado no social e por um movimento que agregou de um lado, os católicos com a defesa de um ensino religioso obrigatório com ênfase numa política educacional nos moldes da oligarquia e de outro os liberais com a defesa da escola pública laica, gratuita, obrigatória, universal, com ênfase na adaptação da política educacional a produção econômica engendrada pelas novas forças produtivas. Estava em questão um ideal de escola pública, que segundo Romanelli (1997)

Desde a segunda metade do século XX, os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita. De fato, esse século se caracterizou, quanto à educação, pela acentuada tendência do Estado de agir como educador. É que as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em conseqüência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é a condição de sobrevivência deste. Ora, isso só é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho (p.59).

Esses acontecimentos históricos e determinantes marcaram o processo inicial de constituição de uma educação pública brasileira. O que se verifica historicamente é a aceitação – negação; efetivação – e a ausência dos processos democráticos no âmbito de constituição do Brasil moderno, industrial. Isto porque, após 1930, ainda nesta década, constituíram períodos de ênfase no princípio democrático e períodos de ausência ou submissão desse princípio a regimes autoritários.

É claro que a história do Brasil Moderno não termina aqui. Depois de 1930, virão 1945, 1964, 1985 e outras datas, simbolizando rupturas, retrocessos, aberturas. A sociedade continuou a modificar-se, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais. O que não significa que sempre

se modificou para melhor, segundo os interesses da maioria do povo (IANNI, 1996, p.44).

Portanto, posteriormente a 1930, o que ocorreu foi à consolidação do Estado Novo (1937-1945). De um contexto frustrante dos ideários democráticos e de modernização do país, em função do poder autoritário do regime ditatorial, inspirado nos processos históricos da conjuntura internacional, o fascismo e o nazismo. Segundo Romanelli (1997) politicamente é o período em que Getúlio Vargas, no fim do seu mandato, permanece como representante do poder do Estado ao decretar o estado de guerra. Sua permanência no poder durou 15 anos divididos em períodos, o primeiro mais instável na primeira fase do Governo Provisório, a segunda fase foi caracterizada pelo regime totalitário e a terceira “[...] quando foi votada a Constituição que restabeleceria o regime democrático, até 1961, quando foi votada a Lei 4.024, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (p.128).

Para a efetivação da ação de constituição do Estado Novo, Vargas contou o Exército, a classe dominante e governadores que apoiaram a concretização do golpe mediante a Carta ditatorial de 1937, em detrimento da supressão de eleições democráticas. “O golpe de 1937 determinou finalmente o caminho histórico do Brasil, numa conjuntura crítica” (p. 51). A sua permanência no poder foi atribuída ao fato da necessidade de combate ao comunismo. Dessa forma, como um ditador, Vargas fechou o Senado e Câmara e criou uma própria Constituição, mantendo totalmente o poder em “suas mãos”.

Nesta perspectiva de controle ditatorial, os partidos políticos foram extintos, criou-se a censura em contraposição a liberdade de imprensa, institui-se a pena de morte. Em relação à educação, constitucionalmente o direito a educação não estava mais explicitado, foi criada uma taxa para o caixa escolar como contribuição por parte daqueles que não alegassem falta de recursos, e o ensino pré-vocacional e profissional destinado as classes desfavorecidas. Este tipo de ensino foi visto por alguns como um desenvolvimento democrático, uma assistência aos mais carentes. E por outros como uma ação antidemocrática destinada a dois tipos de educação: a da elite (superior e secundário) e da classe pobre (primário e profissionalizante).

O novo governo por meio dos Decretos propôs reformas para esses níveis de ensino instituindo assim as leis orgânicas, decretadas entre os anos de 1942 e 1946. No ensino secundário as diretrizes da lei orgânica estabeleceram objetivos específicos relacionados à formação integral, a preparação intelectual, a consciência patriótica; mudou o tempo de duração, o ginásial com quatro anos e o colegial em três anos dividido em clássico e colegial científico; e aumentou a carga horária de humanidades e também introduziu trabalhos manuais, história do Brasil e da América e geografia do Brasil e canto Orfeônico. No ensino técnico-profissional continuou desvalorizado, sem possibilidade de continuidade dos estudos, haja vista, que era necessário fazer complementação para cursar o ensino superior (ROMANELLI, 1997).

Porém, foi neste contexto que se criou uma legislação específica para esse

ensino, através da estruturação de Leis orgânicas específicas para o ensino industrial, agrícola e comercial. E criou-se também o Sistema de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). “A educação é cada vez mais sentida como fator importante para o desenvolvimento, mas isso de forma ainda inconsciente. [...] Representou, todavia, um intervalo nas lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais” (ROMANELLI, 1997, p.128). As leis orgânicas relacionadas ao ensino primário e normal foram promulgadas em 1946.

Entretanto, o governo ditatorial findou com a deposição de Vargas, com as forças políticas e sociais contraditórias e as forças democráticas que fizeram-se presente com a República populista (1945-1964), concretizada na Constituição de 1946. O que significou duas décadas de eleições diretas, de desenvolvimento dos movimentos populares, de equivalência do ensino profissionalizante a ensino secundário, de democracia com algumas restrições como o impedimento do voto do analfabeto e desigualdade social como impedimento de participação de todos.

No campo educacional a Constituição de 1946 restabeleceu princípios da educação suprimidos na Carta ditatorial, ou seja, a educação compreendida como direito de todos; a assistência e gratuidade aos estudantes no ensino primário e nos outros níveis com a comprovação de ausência de recursos e escola primária obrigatória. Ocorreu também a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961. Esta foi discutida durante treze anos no Congresso Nacional como uma luta em defesa da ampliação do acesso a educação pública e gratuita, a erradicação do analfabetismo no Brasil através dos movimentos populares, e das campanhas. Porém, essas conquistas democráticas foram interrompidas drasticamente, em 1964, com o regime autoritário que instalou no Brasil (ROMANELLI, 1997).

Assim, 1964 representou o ano do golpe da ditadura militar no Brasil. Ditadura da força, da economia concentrada numa parcela da sociedade, da classe possuidora bens e capitais, o que intensificou mais desigualdade social, e do aumento de preços dos produtos. Toda ação dos representantes da ditadura estava pautada no Ato Institucional nº5 (AI5). Em relação à política e administração do governo, muitos representantes do poder Legislativo foram caçados e exilados; funcionários públicos, intelectuais foram destituídos dos seus cargos; sindicatos foram fechados, inviabilizando assim a greve; ocorreu o aumento do número da população da cidade, em função da precária vida no meio rural o que gerou nas cidades falta de saneamento básico, assistência médica, aumento da dívida externa e da presença de multinacionais no país; enfim o impedimento do povo de escolher seus representantes. Além dessa ação pela força, a legitimação do Estado dependia segundo Germano (1993) da adesão por parte dos intelectuais, da classe média e massa de populares.

Daí os apelos constantes à democracia e à liberdade, quando estas eram duramente golpeadas por ele; daí a proclamação em favor da erradicação da miséria social, quando, na prática, as suas políticas concorriam para manter ou mesmo aumentar de forma dramática os

índices de pobreza relativa – mesmo num contexto de crescimento econômico – mediante a intensificação da exploração da força de trabalho, da concentração desmedida da renda e da manutenção de um numeroso exército industrial de reserva. Daí o discurso favorável à erradicação do analfabetismo, a valorização e expansão da educação escolar (reformas ousadas foram propostas com este objetivo), quando o setor era penalizado com forte repressão política, insuficiência e mesmo diminuição das verbas consignadas no orçamento da União, além da malversação dos recursos públicos destinados à área educacional (p. 102-103).

Dessa forma, no campo educacional foram realizadas várias reformas significativas, mas sem qualquer participação popular como dos movimentos de educadores e de estudantes. “[...] é o momento em que obtém o maior grau de consenso e de legitimação social, não somente porque amplos setores da sociedade repudiavam as ações armadas, [...] mas também pelos êxitos da política econômica posta em prática pelo governo” (GERMANO, 1993, p.159). As instituições de ensino foram invadidas pela força policial e passaram a ser vigiadas pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). Apesar de toda repressão e censura alguns movimentos mobilizaram contra esse governo que durou vinte e um anos.

A ruptura com o regime ditatorial ocorreu pela insatisfação geral da população ao solicitar como imperativo necessário para a mobilização popular as eleições diretas para presidente da República. Uma transição que se efetivou por meio de uma relativa liberdade de organização política. Dentre as organizações, a Constituição de 1988 representou um marco democrático na educação pública e na constituição de um processo de elaboração da nova LDB. No campo econômico ocorreu o fracasso do Plano Cruzado.

Todo o contexto histórico descrito representou a luta pelos processos de democratização do acesso, oferta, procura e demanda pela educação pública. Uma luta contraditória ora de defesa ora de ocultamento do princípio democrático como aspecto determinante na universalização do acesso a educação.

1. A DEMOCRACIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Historicamente alguns documentos políticos do campo educacional representaram marcos na constituição da educação pública. Entre esses documentos destacam-se para a análise do princípio democrático o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e 1959 e a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB em 1961. Trata-se de marcos que alteraram significativamente a conjuntura educacional de diferentes períodos da história brasileira.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vinte e cinco intelectuais compromissados com a renovação da educação em defesa da escola pública. De acordo com Romanelli (1997) o Manifesto representou “o auge da luta ideológica”. Uma das

ideias postas no Manifesto foi justamente a educação compreendida como possibilidade de reconstrução da democracia nacional com a participação de todos, ou seja, “[...] o do direito de todos à educação” (p.143). O documento pautou-se também por ideias liberais de uma educação pública, obrigatória, gratuita e sem discriminação de cor, etnia, de uma educação articulada, funcional e ativa. Assim, vários congressos e conferências foram realizados com o intuito de debater sobre a nova educação nacional. Debates que por um lado estavam representados pelos educadores católicos, que defendiam uma educação submetida à doutrina religiosa e de outro lado os liberais influenciados pelas ideias novas defendiam a laicidade, co-educação, a gratuidade, o plano nacional e a defesa da escola pública. Sobre cada um desses princípios, o documento do Manifesto de 1932 esclareceu:

A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas. A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito. A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, aos 18 anos, é mais necessária ainda “na sociedade moderna em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam a violentam a criança e o jovem”, cuja educação é frequentemente impedida ou mutilada pela ignorância dos pais ou responsáveis e pelas contingências econômicas. A escola unificada não permite ainda, entre alunos de um e outro sexo outras separações que não sejam as que aconselham as suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo em todas as instituições “a educação em comum” ou coeducação, que, pondo-os no mesmo pé de igualdade e envolvendo todo o processo educacional, torna mais econômica a organização da obra escolar e mais fácil a sua graduação (p.7).

O Manifesto estava pautado nesses princípios e na ideia de uma escola única, cuja finalidade da educação caracterizou-se como uma concepção de vida, com uma função essencialmente pública, o documento representou a ideologia dos renovadores, que segundo Romanelli (1997) apresentou por um lado um “avanço” no campo educacional, por outro lado permaneceu num “terreno do romantismo” na explicação dos problemas educacionais. Uma ideologia marcada por um plano

de reconstrução educacional que em suas bases trouxe a democracia como um programa de longos deveres, como explicita o texto do documento. Nas “linhas gerais” sobre o plano de reconstrução foi enfatizado que “A escola primária que se estende sobre as instituições das escolas maternas e dos jardins de infância e constitui o problema fundamental das democracias, deve, pois, articular-se rigorosamente com a educação secundária unificada, que lhe sucede, em terceiro plano, para abrir acesso às escolas ou institutos superiores de especialização profissional ou de altos estudos” (p.11).

O Manifesto de 1932 significou também uma novidade ao explicitar a educação como um problema nacional; ao mencionar que a finalidade da educação se definia pautada em cada época; ao enfatizar a necessidade da educação se converter de fato num direito; ao solicitar uma ação mais objetiva do Estado e ao “[...] reivindicar autonomia para a função educativa e descentralização do ensino” (p.148). Nessa ênfase na educação pública acentuou o acirramento do ensino público versus o privado, que para o autor Cury (1986) ocorreu de fato com a Constituição de 1934. O autor refere-se ao texto da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, de 1984, p.412-3, para explicitar essa ideia.

Neste momento o público estava travestido no leigo e o particular-católico no religioso. Mas é significativo que o grupo laico liberal, cuja voz se expressou no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ultrapassou a defesa da laicidade ao incluir indicadores desde a aceitação do ensino privado sob controle do Estado, até a defesa de um monopólio da rede de ensino (p.66).

Uma tensão do público e privado marcada no documento do Manifesto de 1932 como uma necessidade fundamental da instrução pública das massas, da democratização do acesso ao ensino a todos.

Outro documento “O Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1959, mais uma vez convocados” tratou mais de questões de políticas educacionais, não preocupou tanto com questões didático-pedagógicas. O documento que enfatizou a função da escola pública pautada nos ideais democráticos, como uma conquista tanto das sociedades modernas quanto da democracia do século XIX. Por outro lado esse aspecto também foi destacado também no que se tornou o ensino a partir desse ideário, em serviço público. “É que a educação pública é a única que se compadece com o espírito e as instituições democráticas, cujos progressos acompanham e reflete, e que ela concorre, por sua vez, para fortalecer e alargar com seu próprio desenvolvimento” (p. 12). Uma educação ministrada para todos, ou seja, universal, integral, com base no “espírito da liberdade e no respeito a pessoa humana”. Dessa forma, para a consolidação dessas ideias, o documento de 1959 destacou a necessidade da transformação do sistema de ensino público, quando afirmou que:

A democratização progressiva de nossa sociedade (e com que dificuldades se processa ao longo da história republicana) exige, pois, não a abolição, - o que seria um desatino, - mas o aperfeiçoamento e a

transformação constante de nosso sistema de ensino público. A escola e, particularmente, a escola pública estende e tende a estender cada vez mais, queiram ou não queiram, o seu campo de ação na medida em que a família retrai o seu, por suas novas condições de vida e por ser o ensino cada vez mais especializado, em que a sociedade se diferencia e se complica, na sua estrutura, com o desenvolvimento do processo de urbanização e industrialização (MANIFESTO DOS EDUCADORES: MAIS UMA VEZ CONVOCADOS, 1959).

Na luta pela a efetivação dessa democratização da escola pública, o que intensificou esse contexto foi à ênfase na concretização do projeto de lei de Diretrizes e Bases da educação nacional por meio da Campanha de Defesa da Escola Pública caracterizada por três grupos: o primeiro relacionado às ideias de Anísio Teixeira; o segundo de Roque S. M. de Barros, João Villa Lobos e outros baseava-se nas ideias filosóficas liberal-idealista. Para esse grupo a educação é um direito do homem. E o terceiro grupo, os socialistas defendiam uma escola capaz de socializar a cultura para as classes trabalhadoras. Com a Campanha, em 1961, a LDBEN foi aprovada pela Câmara depois de mais de treze anos em tramitação e discussão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4.024) promulgada em 20 de dezembro de 1961 caracterizou-se como a primeira lei a estabelecer as diretrizes do ensino pré-primário ao ensino superior. Essa lei priorizou a liberdade de ensino e permitiu a equivalência de níveis de ensino, ou seja, o ensino médio incluiu o secundário e os tipos de ensino técnico: industrial, comercial e agrícola; e o ensino normal. A partir dessa lei os currículos sofreram alterações, deixando de ser rigorosamente padronizados. Foram divididos em três partes: nacional, regional e a específica determinadas pelos estabelecimentos de ensino em acordo com o Conselho de Educação do Estado.

Estruturalmente a LDB nº 4.024/1961 atribuiu à educação pré-primária a responsabilidade de atendimento as crianças menores de três anos; ao ensino primário a oferta de no mínimo quatro séries anuais; o ensino médio o ginásial e o colegial, em que ambos agregavam os cursos técnicos e o normal; o ensino superior cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e extensão. Essa época caracterizou-se pela ênfase a educação como direito de todos promovida por meio da ampliação das escolas públicas e gratuitas e também de atuação militante dos movimentos de educação popular, como os destinados à alfabetização. Destacaram-se alguns movimentos como: a Campanha de Educação de Adultos, o Movimento de Educação de Base e Programa Nacional de Alfabetização. Um educador fundamental relacionado a esses movimentos foi Paulo Freire, com o seu método de alfabetização de adultos como prática de uma educação libertadora (ROMANELLI, 1997).

Distintamente dos processos democráticos, no contexto ditatorial a partir de 1964 foi promulgada em 1968 a lei 5.540 caracterizada como a Reforma Universitária da época. Para Saviani (1996) um momento de democracia restrita. Essa reforma estabeleceu a organização das universidades em unidades; currículos

flexíveis com matérias optativas como a Filosofia; a criação de cursos parcelados, semestrais; introduziu o vestibular unificado e classificatório e cursos regulares de pós-graduação de curta e longa duração. Apesar do vestibular o número de vagas no ensino superior era insuficiente.

Nas escolas os resultados com as reformas foram os altos índices de repetência e evasão escolar, escolas com poucos recursos, salário precário dos professores e elevado número de analfabetos. Além disso, essas reformas asseguraram a presença norte-americana nos assuntos educacionais do país. O Ministério da Educação juntamente com a Agência Interamericana de Desenvolvimento dos Estados Unidos firmaram o acordo conhecido como MEC-USAID. Nas universidades intensificou o domínio da burocracia com a criação de departamentos, a centralização do poder, a neutralização da luta dos estudantes; e o aumento do número de vagas nas instituições particulares (GERMANO, 1993).

Outra reforma fundamental, também promulgada no contexto do regime militar, foi à reforma de ensino de 1º e 2º graus denominada como a Lei nº 5.692/1971. Essa lei foi imposta pelo governo sem praticamente nenhuma participação dos docentes, discentes. A lei modificou a estrutura anterior do ensino, o curso primário e o ginásio foram unificados em curso de 1º grau com duração de oito anos com ênfase na educação geral. Segundo Saviani (1996) essa lei foi aprovada no contexto do “milagre econômico”. A Lei nº 5.692/71 completa o ciclo de reformas educacionais destinadas a ajustar a educação brasileira à ruptura política perpetrada pelo golpe militar de 1964.

O ensino de 2º grau tornou-se obrigatoriamente profissionalizante. Com isso, as instituições de ensino, independente, das condições foram obrigadas a ofertar esse tipo de ensino. Isto gerou consequências como a prática de um currículo oculto, ou seja, oficialmente era apresentado um currículo e na realidade era desenvolvido outro; algumas escolas ofertaram os cursos com um custo menor, com menos recursos. Ocorreu o aumento do número de matérias obrigatórias entre elas, Educação Moral e Cívica. Por outro lado era proibido a oferta das disciplinas: filosofia, sociologia, psicologia e etc. Estatisticamente foi um período que diminuiu as taxas de analfabetismo, mas um dos problemas foi a seletividade da educação explicada em função das condições sócio-econômicas precárias. Para Germano (1993) as reformas significaram um ciclo, no qual foram resultados das forças sociais existentes.

Em síntese, a política educacional se desenvolveu em torno dos seguintes eixos: 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência, o Estado Militar e ditatorial não consegue exercer o controle total e completo da educação. A perda de controle acontece, sobretudo, em conjunturas em que as forças oposicionistas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política. Daí os elementos de ‘restauração’ e de ‘renovação’ contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento, com base no saber da tecnocracia, aos

apelos 'participacionistas' das classes subalternas. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a 'teoria do capital humano', entre educação e produção de capital e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º grau (p. 105-106).

Portanto, por políticas educacionais, Germano (1993) recorreu ao conceito de Cunha, que explicita como medidas tomadas pelo Estado e estão relacionadas ao aparelho de ensino. Medidas concretizadas em reformas caracterizadas como "revolução passiva". A educação era valorizada no nível do discurso, além de haver uma escassez de verbas para a educação pública. Apesar disso, o Estado não se desinteressou pela educação, pelo contrário pautado na ideologia da segurança nacional caçou os sujeitos denominados de comunistas. E também a educação constituiu-se baseada nos ideários do liberalismo, da "teoria do capital humano", de relação direta com a produção.

Distinto dos contextos anteriores, em função da conjuntura política e social de redemocratização do país, a Constituição de 1988 significou a proclamação de uma proposta democrática. Anterior a promulgação dessa Constituição, os defensores da educação pública formaram o Fórum da Educação com a participação de várias entidades da sociedade. O Fórum divulgou um Manifesto a Nação que defendia os princípios do direito a educação de todo cidadão; o dever do Estado na em ofertar ensino gratuito, laico e público para todos; a destinação por parte do governo federal de 25% da receita tributária para a manutenção da escola pública; e a garantia de democratização da escola assegurada pelo acesso, permanência e gestão.

Ao contrário dos outros Manifestos assinado pelos intelectuais nesse Manifesto quem assinou foram às entidades. Essa Constituição em específico atribuiu dever a família e colaboração social; considerou a permanência na escola; o pluralismo de ideias e concepções; gestão democrática e valorização dos profissionais. No texto da Constituição, ainda havia uma ênfase ao ensino religioso e a possibilidade de formulação de um Plano Nacional de Educação. Além da defesa das propostas da Constituição, os intelectuais nesse momento começaram a se preocupar com a Nova LDB, cuja elaboração seria pautada na Constituição em vigor. (ROMANELLI, 1997).

Nesta perspectiva, de compreensão dos documentos que representaram marcos histórico na educação brasileira, a democratização constituiu-se e constitui nas relações da sociedade em sua totalidade. Trata-se de um desafio, que segundo Ianni (1996)

No emaranhado dos desafios que compõem e descompõem o Brasil como nação, as produções científicas, filosóficas e artísticas podem revelar muito mais o imaginário do que a história, muito menos a nação real do que a ilusória. Mas não há dúvida de que a história seria irreconhecível sem o imaginário. Alguns segredos da sociedade se revelam melhor precisamente na forma pela qual ela aparece na fantasia. Às vezes, a fantasia pode ser um momento superior da realidade (p. 48).

Neste sentido, a par do emaranhado das relações político-sociais da nação brasileira, pode-se afirmar que o processo histórico-político de democratização democrática da educação pública brasileira constituem-se pelas determinações contraditórias e ideológicas dos “jogos de forças sociais”.

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos Roberto. O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino.

CUNHA, Luiz Antônio. In: **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986, p.65-93.

_____. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1984.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil – 1964-1985**. São Paulo: UNICAMP/Cortez, 1993.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

NAGLE, Jorge. O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. In: **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU, 1974, p.95-188.

MANIFESTO DOS EDUCADORES: MAIS UMA VEZ CONVOCADOS (Janeiro de 1959).

In: Fonte: <http://www.escolanova.net/pages/convocados.htm>

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). In: Fonte:

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**.

19ªed., Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil**. O papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 3ªed. – Campinas – SP: Autores Associados, 1996.

ABSTRACT: This text is a study about the historical-political process of democratization of Brazilian public education. It is an investigation whose purpose was to understand how the democratic principle constituted itself, contradictorily as a real purpose and purpose proclaimed in the consolidation and implementation of the Republic specifically of Brazilian public education. The institution of the Federative Republic as a political regime made possible the process of building a Brazilian educational project. What has meant a political-administrative organization of the State according to the demands of the new democratic regime, given the "collapse of the monarchical regime." There were ruptures, but the continuities remained with the prevalence of a primary-export economy and of patrimonialism under the public and private aspects (Ianni, 1996). In relation to the educational scenario inherited from the Empire this was put in question during the First Republic, especially in the 1920s with the questions and debates about education of elitist and dualistic character. However, the turning point of the Brazilian conjuncture refers to the moment of the Revolutionary Movement of 1930. The 1930 Revolution meant the expansion and consolidation of Brazilian public education, which represented the struggle for the democratization of access, supply, demand and demand for democracy. Public education for all. It is a contradictory struggle, sometimes a defense, or a concealment of the democratic principle as a determining factor in the universalization of access to education.

KEYWORDS: Democracy; History of Brazilian public education.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-42-4

